



MANUEL QUERINO (1851-1923): BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE UM INTELLECTUAL NEGRO DA BAHIA NO DEBATE RACIAL

Adão Ferreira dos Santos Filho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: adao_fer@hotmail.com

Cássio Roberto Borges da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: cassiorobertoborges@hotmail.com

1727

INTRODUÇÃO

As últimas décadas da monarquia brasileira e a Primeira República foram marcados pela crença no “branqueamento” da população. Finda a escravidão e alçados os escravizados à suposta condição de cidadãos, a elite temia pela perda de seus privilégios e pela equiparação com aqueles que outrora eram seus subordinados. A ciência viria, então, a preencher uma lacuna deixada pela legislação: se não eram os escravizados africanos e seus descendentes diferentes por permanecerem em uma categoria da vida humana que se reduzia a função de mercadoria, seriam-no por que biologicamente distintos (SCHWARCZ, 1993). Ao menos esse era o discurso corrente.

Foi justamente no campo da intelectualidade que os mais ferrenhos embates aconteceram. Enquanto alguns atuavam nesse espaço a fim de legitimar suas aspirações de equiparação aos brancos europeus, outros buscavam elencar as contribuições positivas do negro africano e brasileiro na constituição da nação, é este o caso de Manuel Querino (1851-1923):

[...] três aspectos que lhe preocuparam ao longo da vida: a tragédia africana e a negação da importância desta matriz cultural para a constituição da nação brasileira; a educação como fator de libertação social, a partir da sua formação profissional de artista e inserção no meio intelectual; e a sua luta contra o esquecimento, ao resgatar a tradição popular no campo de tensões do regime republicano, que pretendia apagar da memória nacional o povo, o negro, o pobre, o trabalhador nacional (LEAL, 2009, p. 38).

O registro das tradições populares, o debate sobre o papel desempenhado pelos negros africanos e seus descendentes em território brasileiro, mais do que servir como catálogo de consulta dos que aspiravam estudar a constituição da sociedade brasileira,



seria para Querino o meio de discutir a trajetória da população africana e afrodescendente sem se ater a mera rememoração, mas validar sua atuação como propositiva na instituição do tecido social da nação.

MANUEL QUERINO E O LUGAR DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA

Manuel Raymundo Querino, nascido no Recôncavo Baiano, foi um homem negro que vivenciou um período de grandes tensões: a desestruturação do escravismo, as discussões acerca de como esse processo se daria e de como o trabalho livre poderia ser regulamentado, enfim, trata-se de um homem que viveu as crises das últimas décadas do século XIX e, conseqüentemente, as crises da monarquia brasileira agonizante.

Homem negro e órfão, tinha tudo para permanecer à margem da História, para ter sido um mero coadjuvante no processo histórico que culminou na Abolição da escravidão, em 1888, e com a Proclamação da República, no ano subseqüente. Foi testemunha das dilatações e retrações do campo social no novo regime que se instaurara. De acordo com a historiadora Maria da Graças de Andrade Leal (2009), Manuel Querino nascera em Santo Amaro da Purificação, no ano de 1851, ainda em pleno regime escravista, porém livre.

Diplomado em desenho, matricula-se em arquitetura, contudo, de acordo com os documentos da Escola de Belas-Artes, não chegou a concluir este curso. Atuou ativamente no cenário político e social da Bahia em fins do século XIX e início do XX. Foi sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; correspondente do Instituto do Ceará; sócio efetivo do Centro Operário e capitão da Guarda Nacional. Enfim, foi um homem atento a seu tempo e teve a oportunidade de estar em diversos espaços de sociabilidade: não apenas escutando, mas também fazendo escutar sua voz.

Ainda na época do Império brasileiro, colaborou com a fundação da Liga Operária e, posteriormente, com a instauração da República, atuou como um dos fundadores do Partido Operário, tendo sido, por duas vezes, eleito Conselheiro Municipal. De acordo com Leal (2009), com o fim de seu último mandato, na legislatura de 1897-1899, desligou-se da política partidária, passando a atuar mais ativamente como intelectual e como pesquisador. Produziu artigos e livros que recontavam a História do Brasil e da Bahia a partir de uma outra ótica, uma ótica que

1728



privilegiava a atuação do negro na constituição da sociedade brasileira e, em particular, na sociedade baiana:

Neste processo, em que o africano paulatinamente marcava sua identidade no emaranhado de relações sociais, econômicas, culturais estabelecidas no século XIX, em uma conjuntura que apontava mudanças processuais em direção ao fim do cativo e à universalização do trabalho livre, Querino reivindicou para o africano “um lugar de destaque como fator de civilização brasileira”, o reconhecimento social pela sua contribuição (LEAL, 2009, p. 67).

Para Querino, os negros africanos e afro-brasileiros atuaram de forma expressiva na formação da sociedade brasileira, não apenas culturalmente, mas, acima de tudo, no que concerne ao trabalho já que, de acordo com ele, o trabalhador africano “era o braço ativo e nada se perdia do que ele pudesse produzir. O seu trabalho incessante, não raro, sobre o rigor dos açoites, tornou-se a fonte da fortuna pública e particular” (QUERINO, 1955, p. 38-39).

À sua própria maneira, ao retomar o passado escravista do Brasil, Manuel Querino intentava retirar o negro da marginalização que lhe fora imposta, uma vez que a República fracassara no ideal de igualdade em que Querino depositara suas esperanças, relegando o negro a um lugar de subalternidade. Maria das Graças Leal não deixou esse fato passar despercebido:

A estratégia que utilizou para contar sobre os acontecimentos presentes da nova ordem foi a de recapturar o passado para expressar suas críticas em relação ao momento vivido. Contou o seu presente a partir do lastro do passado colonial e imperial. A República foi o alvo dos seus ataques, especialmente em se tratando da política civilizadora que reunia em si o saneamento social e cultural, que implicava na negação do passado de atraso e afirmação de um presente artificial. No jogo de negação e afirmação, os pobres, o povo trabalhador, o africano e o brasileiro afrodescendente foram trazidos à luz da história através da sua escrita (LEAL, 2009, p. 45).

Se é em *Artes na Bahia* que Querino desvela suas críticas mais contundentes à República, é em seu *A Raça Africana e os seus Costumes* onde se propõe, a priori, a fazer uma etnografia dos costumes religiosos dos africanos escravizados que desembarcaram nos portos da Bahia. Nessa obra, ele empenha-se em expressar a defesa do “elemento negro africano” na constituição do Brasil, destacando que a riqueza nacional fora desenvolvida graças ao trabalho forçado dessa gente que fora sequestrada do outro lado do Atlântico.



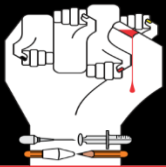
Se, por um lado, o mote de sua proposta de pesquisa era evitar que os negros africanos, que viviam no Brasil, morressem antes que se efetuasse o registro de seus hábitos e costumes, por outro, fica nítido que o alcance de sua investigação atinge um problema que extrapola a questão relativa à descrição etnográfica, uma vez que, no transcorrer do texto, ele aborda o preconceito a que os africanos e seus descendentes eram submetidos, ressaltando os equívocos implicados na suposição dos cientistas brasileiros do período que, fazendo coro à ciência da Europa, reafirmavam a presumida inferioridade congênita dos povos originários da América e da África.

Se é nas últimas décadas do Império que começam a ser desenhadas, no Brasil, as principais teorias que presumiam que os negros e mestiços estariam “naturalmente” condenados à atrofia “biológica”, é no transcorrer da Primeira República que elas ganham cada vez mais corpo, figurando na arena política como uma questão de interesse público. Manuel Querino não estava alheio a esse debate, de acordo com Leal (2009, p. 43):

Alguns dos elementos considerados críticos por Manuel Querino no programa republicano que incluía a urgência higiênica e estética de destruir o passado e construir, sobre os seus escombros, uma nova estética baseada no progresso, na modernização e civilização, foram aqueles relacionados à situação de penúria que sofria os trabalhadores e o povo em geral.

Se Querino critica aqueles que afirmavam que os africanos eram inferiores, ele não deixa, contudo, de fazer ecoar certos elementos do discurso determinista que postulava, então, a classificação e hierarquização das raças humanas, opondo o europeu, supostamente civilizado, aos povos originários, estigmatizados como “selvagens”, “animalizados”, como demonstra Fanon (2008). O que distingue, contudo, a sua posição é que ele concebe essa diferença como resultado de circunstâncias históricas e políticas que limitavam o acesso desse grupo social aos direitos elementares pressupostos no modelo republicano de cidadania que se pretendia implementar em território nacional, nesse sentido, Querino reivindicava, precipuamente, o acesso à educação.

O estado dos negros, de acordo com o autor, seria resultado direto dos anos de cativeiro e da atroz crueldade perpetrada pelos “senhores” europeus. Querino reafirma que os africanos foram responsáveis pela produção e conseqüente enriquecimento dos portugueses e que, em troca, não obtiveram qualquer tipo de reconhecimento, muito pelo contrário, eles sofreram com o preconceito racial, com a tortura e com todo tipo de vexame (1955, p. 22).



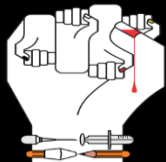
Destarte, Querino supunha que a posição social em que se encontravam os negros não era insuperável, ou seja, ele refuta veementemente o pressuposto evolucionista que atribuía à condição dos povos originários e africanos uma causa natural, “biológica”, nos termos, então, correntes, uma vez que a precariedade da condição social desses contingentes de nossa população era, evidentemente, o resultado de um longo e violento processo histórico de dominação, de degradação, de estigmatização: o processo colonial. Querino defendia que extinção do cativo fosse acompanhada de um projeto de inserção dos libertos no sistema de educação, de tal forma que eles tivessem a oportunidade de desenvolver suas capacidades plenamente.

1731

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todo pesquisador do passado, da História, Manuel Querino interessava-se menos pelo passado e mais pelo presente. A História sempre foi um espaço de disputas e ele, Manuel Querino, enquanto afrodescendente e intelectual, debruçara-se sobre ela a fim de dissipar suas inquietações sobre o regime republicano. Concebendo os negros como um elemento étnico preponderante na formação da civilização brasileira e opondo-se, criticamente, àqueles que se esforçavam em manter os negros nos porões da sociedade ao creditar aos não brancos a responsabilidade pelo atraso e pela desigualdade que caracterizava o quadro social brasileiro na virada do século XIX.

O que podemos inferir dessa breve discussão é que Manuel Querino foi um importante nome no debate que ocorreu nos primeiros anos da República acerca do lugar do negro na sociedade brasileira. Nesse momento histórico, o discurso científico, como já apontamos, colocava-se a serviço de uma configuração das relações de poder eminentemente racista, ou seja, constata-se, por um lado, a vigência de saberes que, apropriando-se do darwinismo social, postulavam a “superioridade biológica” do europeu, por outro, a emergência de novas tecnologias de coerção que garantiam a continuidade estrutural de antigas formas de dominação, favorecendo a perpetuação de procedimentos sub-reptícios de apropriação do trabalho, de estigmatização, de exposição à violência, de banalização da morte etc. Enfim, as relações de poder e os saberes forjados no início do regime republicano brasileiro abriram caminho para a permanência de uma herança escravocrata na sociedade brasileira, herança cujos traços, ao que parece, perduram até hoje.



PALAVRAS-CHAVE: Manuel Querino. Racismo científico. Primeira República.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino entre letras e lutas Bahia (1851-1923)**. São Paulo: Annablume, 2009.

QUERINO, Manuel Raymundo. **A raça africana e os seus costumes**. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

QUERINO, Manuel Raymundo. **As Artes na Bahia**: esboço de uma contribuição histórica. 2. ed. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1913.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

1732

Realização:



Apoio:

